

## NOVO CÓDIGO FLORESTAL E SEUS IMPACTOS NO AGRONEGÓCIO: ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI/RS

Ani Carla Concato (\*), Naiara Tagliani, Fabiana Schmidt, Luiz Felipe Borges Martins

\* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Sertão, aniconcato@gmail.com

### RESUMO

O Código Florestal é uma norma que determina a obrigação de manter uma parcela da vegetação nativa no interior das propriedades rurais e de se preservar áreas suscetíveis. Esta lei tornou-se ultimamente um tema sensível, e seus intensos debates tem gerado discussões nos últimos anos principalmente em regiões que tem a agropecuária como principal fonte econômica como é o caso da região Alto Uruguai, localizada ao norte do Rio Grande do Sul. Nesse sentido o presente trabalho teve como objetivo principal avaliar o nível de conhecimento da população da região Alto Uruguai/ RS sobre o Novo Código Florestal e identificar a preocupação a respeito dos impactos ambientais gerados na produção dos produtos agrícolas consumidos. Posteriormente foi desenvolvido um questionário, sendo utilizado como instrumento de pesquisa para avaliar as pessoas em seu grau de compreensão a respeito dos seguintes aspectos: informações sobre o novo código florestal, certificados ambientais e preocupação com a procedência dos produtos do agronegócio. Esse questionário foi aplicado à agricultores locais e demais pessoas envolvidas com o agronegócio na região (comerciantes, profissionais da área de extensão rural e ambiental). Os resultados mostram que as pessoas possuem pouco conhecimento sobre o Código cabendo ao próprio Governo ministrar atividades como palestras, para gerar discussões e maior integração da população regional ao Novo Código Florestal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Código Florestal, Conhecimento Ambiental, Lei.

### INTRODUÇÃO

O Código Florestal Brasileiro é uma lei muito importante que define de forma minuciosa os princípios necessários para proteger o meio ambiente e garantir o bem estar da população do país, estabelecendo limites de uso de uma propriedade que deve respeitar a vegetação existente na terra. Para a harmonia e o avanço na utilização das terras no Brasil, é necessário um cuidadoso planejamento integrado de uso compatibilizando os zoneamentos agrícolas e ecológico-econômicos com o ordenamento territorial e a revisão do Código Florestal, dentro de um novo conceito de paisagens produtivas sustentáveis (SILVA et al., 2011).

O Novo Código Florestal aprovado em 2012 tem sido um assunto fortemente debatido no Brasil, seja por parte da mídia ou até da população em geral. Os pontos de discussão a respeito do código florestal concentram-se nas áreas de reserva legal (RL) e de preservação permanente (APP). Estes determinam que aqueles agricultores que tiverem áreas de APP e/ou RL abaixo dos mínimos obrigatórios devem aderir aos Programas de Regularização Ambiental (PRA) dos Estados e do Distrito Federal.

A região do Alto Uruguai localizada ao norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS) é constituída de muitas unidades agropecuárias que em sua grande maioria pertencem a pequenos e médios proprietários rurais. Estes dependem (na maioria dos casos), unicamente, da agricultura como forma de renda e tendem a aproveitar ao máximo suas áreas para a atividade produtiva como forma de compensar seu tamanho, o que muitas vezes causa uma pressão maior e consequentemente redução da vegetação nativa existente da mesma (BALESTRIN et al., 2013). Entretanto, pouco se conhece a respeito do real impacto ambiental e social da aplicação da lei do novo Código Florestal nas propriedades rurais desta região e sobre os conhecimentos e comportamento social dos agricultores, comerciantes e profissionais da área ambiental em relação ao tema.

Objetivou-se com este estudo avaliar o nível de conhecimento da população da região Alto Uruguai/ RS sobre o Novo Código Florestal e identificar a preocupação a respeito dos impactos ambientais gerados na produção dos produtos agrícolas consumidos.

### MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido em municípios da região Alto Uruguai, situada na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. A região Alto Uruguai compreende 32 municípios, tendo Erechim como Município polo. A área total da região corresponde a 6.348 km<sup>2</sup>, representando 2,3% da área do Estado do RS. A região é muito importante na economia

gaúcha, devido à agricultura e à pecuária, com destaque para a produção agrícola de soja, milho e trigo e pela criação de aves, suínos e bovinocultura de leite (DETONI, 2008).

A amostra foi composta por 400 entrevistados sendo estes agricultores locais e demais pessoas envolvidas com o agronegócio na região (comerciantes, profissionais da área de extensão rural e ambiental). A participação foi voluntária, e os dados foram mantidos confidenciais.

O nível do conhecimento dos participantes sobre o Novo Código Florestal e a preocupação a respeito dos impactos ambientais gerados na produção dos produtos agrícolas consumidos foi determinada por meio de um questionário com questões abordando o grau de compreensão a respeito dos seguintes aspectos: informações sobre o novo código florestal, certificados ambientais e preocupação com a procedência dos produtos do agronegócio.

O questionário aplicado foi composto de 13 perguntas, subdividido em quatro partes, sendo elas:

Parte 1 - Perfil do entrevistado, contendo duas perguntas;

Parte 2 - Aspectos informativos sobre a legislação ambiental, meios de obtenção das informações e compreensão do entrevistado acerca destas informações, com três perguntas;

Parte 3 - Conhecimentos sobre legislação do Novo Código Florestal, certificados ambientais, satisfação em relação ao novo código e identificação dos segmentos mais afetados, com cinco perguntas;

Parte 4 - Aspectos referentes à origem dos alimentos que consome e impactos ambientais gerados na produção dos produtos agrícolas consumidos, com três perguntas.

Os participantes escolheram a resposta considerada mais apropriada dentre as alternativas para cada questão. Os resultados foram expressos como distribuição de frequência e foi computada a porcentagem de respondentes para cada questão. Os dados foram tabulados e analisados através de estatística descritiva no Microsoft Excel, versão 2010.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quatrocentos entrevistados (agricultores locais e profissionais que atuam nas áreas do agronegócio e ambiental) da região do Alto Uruguai/RS, responderam a um questionário abordando os aspectos relacionados ao Novo Código Florestal e seus impactos no agronegócio. Destes, 55,75% vivem no meio rural e, quando questionados sobre o acompanhamento de notícias sobre a Legislação Ambiental, 68% responderam que costumam acompanhar notícias sobre a mesma. Os meios de informação apontados como os mais utilizados para obter as notícias sobre o Código Florestal foram televisão, internet e jornais, apenas 3,42% dos entrevistados procuram informações na própria legislação e 2,5 % dos entrevistados não costumam acompanhar as notícias (Tabela 1).

**Tabela 1. Número e percentual de respostas aos questionamentos: Costuma acompanhar notícias sobre a Legislação Ambiental? E se possui informações sobre o Código Florestal, em quais meios foram obtidas?**

Costuma acompanhar	Entrevistados	
	Número	Percentual
Sim	272	68,00
Não	128	32,00
<b>Meios de Informação</b>		
Jornais	242	15,07
Revistas	161	10,02
Internet	243	15,13
Televisão	324	20,20
Rádio	215	13,40
Artigos	18	1,12
Sindicatos	96	5,97
Cursos	81	5,04
Colegas	10	0,62
Redes Sociais	39	2,43
Eventos	82	5,10
A própria Legislação	55	3,42
Não teve interesse	40	2,50

Em relação ao grau de conhecimento da legislação, 17,25% dos entrevistados afirmaram que não possuem conhecimento algum, 43,50% revelam ter um grau básico de conhecimento, e 39,25% dos indivíduos possuem um grau amplo de conhecimento indicando que o tema tem sido abordado com frequência junto a comunidades de sua área de

influência através de programas ambientais e/ou sociais. Em relação aos certificados ambientais 45,25% dos entrevistados não conhecem nenhum exemplar (Tabela 2).

**Tabela 2. Número e percentual de respostas aos questionamentos: Quanto você julga saber sobre Legislação? E sobre quais certificados ambientais você se considera informado?**

Conhecimento sobre Legislação	Entrevistados	
	Número	Percentual
Amplo	157	39,25
Básico	174	43,50
Nenhum	69	17,25
<b>Certificados Ambientais</b>		
Rainforest Alliance	14	3,50
ISO 14000	35	8,75
IBD Integra	75	18,75
Conselho de Manejo Florestal (FSC)	16	4,00
Certificado de sustentabilidade do óleo de palma	10	2,50
Nenhum	181	45,25
Outro	69	17,25

Dos entrevistados, 33% responderam que o Novo Código Florestal reflete interesses tanto de ambientalistas quanto de ruralistas, e 54% dos entrevistados apresenta satisfação com o texto aprovado, mas a grande maioria ressalta que algumas partes poderiam ser diferenciadas (Tabela 3). Dentre os segmentos afetados pelo código florestal, 45% dos entrevistados consideram que a produção agrícola é a mais afetada.

**Tabela 3. Número e percentual de respostas aos questionamentos: Para você, interesses de quem o Novo Código reflete? Está satisfeito com o texto que foi aprovado? E qual segmento é o mais afetado?**

Interesse	Entrevistados	
	Número	Percentual
Ambientalista	100	25,00
Ruralista	91	22,75
Ambientalista e Ruralista	132	33,00
Imparcial	44	11,00
Não sei	33	8,25
<b>Satisfação com o texto do Novo Código</b>		
Sim, muito satisfeito	50	12,50
Sim, mas algumas partes poderiam ter sido diferentes	166	41,50
Não estou satisfeito	116	29,00
Sou indiferente	68	17,00
<b>Segmento mais afetado</b>		
Indústria Fornecedora de Insumos	90	22,50
Produtor Rural	180	45,00
Agroindústria/ Indústria de Alimentos	80	20,00
Comércio	50	12,50

Com ênfase nos produtos alimentícios, a maior parte dos entrevistados realiza uma busca sobre a origem dos seus alimentos no próprio rótulo da embalagem (38,25%), e 45,75% são muito preocupados em relação à procedência dos produtos, já 15,50% não costumam buscar essas informações (Tabela 4). Os entrevistados levam em consideração na hora do consumo primeiramente a qualidade (33,75%), após o valor do produto, deixando por último os fatores ambientais relacionados com a produção dos alimentos.

**Tabela 4. Número e percentual de respostas aos questionamentos: Você costuma saber a origem dos alimentos que consome? Qual fator busca identificar ao consumi-los? E quão preocupado se considera com a procedência dos mesmos?**

Origem dos alimentos	Entrevistados	
	Número	Percentual
Não costumo buscar	62	15,50

Busco direto com o vendedor	75	18,75
Busco na própria embalagem	153	38,25
Procuo ver se o produto tem certificação	75	18,75
Tem interesse, mas não é possível obter informação	35	8,75
<b>Fatores identificados</b>		
Qualidade	135	33,75
Produto não relacionado com desmatamento	45	11,25
Preço	122	30,50
Produto Orgânico	75	18,75
Produto com certificação socioambiental	23	5,75
<b>Preocupação com procedência</b>		
Sou muito preocupado	183	45,75
Às vezes me preocupo	191	47,75
Não tenho me preocupado	26	6,50

## CONCLUSÕES

De acordo com o exposto a maioria dos entrevistados (41,50%) não está totalmente satisfeita com o Novo Código Florestal, entretanto, 60,75% das pessoas declararam possuir apenas conhecimento básico ou nenhum conhecimento sobre o Código, devido a isso, é possível concluir que não possuindo um conhecimento adequado, os indivíduos não podem estar insatisfeitos ou até satisfeitos com o Código Florestal Brasileiro, exigindo medidas que mudem esse contexto. Assim, cabe ao próprio Governo, através de seus Ministérios e demais órgãos públicos ministrar atividades como palestras, para gerar discussões e maior integração da população regional ao Novo Código Florestal, tentando estimular boas práticas na relação ser humano/ambiente visando alcançar o possível e plausível equilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e o respeito à natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALESTRIN, D.; BALBINOT, R.; VALERIUS, J. Código florestal e aplicações práticas na pequena propriedade rural. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria/ Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - Reget, Santa Maria, v. 4, p.2885-2892, 2013.
2. DETONI, V.M.C. A função socioambiental da propriedade rural na região do Alto Uruguai: (In) Eficácia do discurso jurídico. Dissertação de mestrado. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Santo Ângelo, Santo Ângelo, 2008, 150 pg.
3. SILVA, J.A.A.; NOBRE, A.D.; MANZATTO, C.V.; JOLY, C.A.; RODRIGUES, R.R.; SKORUPA, L.A.; NOBRE, C.A.; AHRENS, S.; MAY, P.H.; SÁ, T.D.A.; CUNHA, M.C.; RECH FILHO, E.L. O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência(SBPC), Academia Brasileira de Ciências, ABC, São Paulo, 2011,124 p.